

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Na última década os direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo têm sido objeto de várias iniciativas legislativas em Portugal, as quais têm tido a participação da generalidade dos partidos políticos, no sentido do reconhecimento desses direitos num plano de igualdade e respeito.

Contudo, continuam a faltar dados estatísticos sobre estas pessoas que permitam conhecer e identificar o impacto das medidas tomadas, bem como, de uma forma estruturada, diagnosticar, planear e intervir nos mais variados domínios da vida destas pessoas.

A recusa sistemática de recolha de informação sobre pessoas que integram as minorias sexuais, bem como as que integram minorias étnicas, impede o conhecimento e a identificação do impacto das várias discriminações de que são alvo, e dificulta o combate efetivo a essas discriminações, que continuam a existir sem monitorização e sem entraves.

Sendo certo que as discriminações não acontecem porque há muitas pessoas a querer de forma consciente discriminar, mas sim porque as pessoas aprenderam a interiorizaram mecanismos e automatismos que não identificam como discriminatórios, a invisibilidade das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo no Censos de 2021 é também uma forma de perpetuar essas discriminações.

Porque não se faz política sem dados, sem conhecermos a população portuguesa, sem conseguirmos responder a perguntas simples como: “quantos somos, como somos, onde vivemos e como vivemos”, temos de encontrar formas de recolher as informações necessárias e fundamentais para que as melhores respostas a toda a população portuguesa, incluindo as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo, sejam de facto implementadas.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra de Estado e da Presidência, as seguintes perguntas:

1 - Tem o Ministério do Estado e da Presidência conhecimento desta situação?

2 – Que ações vão ser tomadas pelo Ministério do Estado e da Presidência para que sejam recolhidos dados para tratamento estatístico das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo?

3 – Está disponível o Ministério do Estado e da Presidência de promover à criação, através do INE, de um inquérito sobre as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo, como é exemplo o inquérito sobre as origens étnico-raciais?

Palácio de São Bento, 21 de abril de 2021

Deputado(a)s

FABÍOLA CARDOSO(BE)